



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO – BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

MAMADÚ URI JALÓ

**A ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU NA UNIÃO ECONÓMICA E
MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO (UEMOA): GANHOS E
PERDAS**

ACARAPE-CE

2024

MAMADÚ URI JALÓ

**A ADESÃO DA GUINÉ-BISSAU NA UNIÃO ECONÓMICA E
MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO (UEMOA): GANHOS E
PERDAS**

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito necessário para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. MÁRIO HENRIQUE CASTRO BENEVIDES

ACARAPE-CE

2024

LISTA DE SIGLAS

PAIGC – Partido Africano para independência da Guiné e Cabo Verde

PRS- Partido da Renovação Social

UEMOA- União Econômica e Monetária Do Oeste Africano

FMI- Fundo Monetário Internacional

PNUD- **programa das Nações unidas para o Desenvolvimento**

CEMAC- Comunidade Econômica e Monetária da África Central

CEMGFA- Chefe de Estado Maior e General das Forças Armadas

ANP- Assembleia Nacional Popular

CEDEAO- Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental

URSS- União das republicas Socialistas Soviéticas

PIB- Produto Interno Bruto

INE- Instituto Nacional de Estatística

RESUMO

O presente trabalho visa analisar os impactos positivos e negativos de adesão da Guiné-Bissau na UEMOA entre o período de 1997 a 2023, analisar o regime político na época de partido único e também no regime democrático face às organizações internacionais. É um estudo documental, sobre mudanças legislativas e de discurso político. O estudo observará alterações na política comercial guineense para melhor medir seu comportamento frente a alianças e adesões. Espera-se que o presente trabalho ajude os acadêmicos, pesquisadores e as pessoas curiosas que têm vontade de saber os motivos que levaram a Guiné-Bissau a aderir a UEMOA, e também vai facilitar na compreensão como funcionam organizações de integrações regionais e conhecer o sistema econômico guineense. Acreditamos que o presente trabalho tem possível relevância acadêmica, social e econômica, pois será um esforço de entendimento do fenômeno da integração e de valia para futuras realizações de pesquisas ligadas a essa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Guiné-Bissau; UEMOA; integração regional.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	06
2. JUSTIFICATIVA	08
3. DELIMITAÇÃO DE OBJETO	09
4. HIPÓTESE	11
5. OBJETIVOS	12
5.1 Objetivo Geral	12
5.2 Objetivos específicos	12
6. PROBLEMATIZAÇÃO	13
6.1 REGIME POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU	13
6.2 Sistema econômico guineense	18
6.3 BREVE HISTORIAL DE FRANCO CFA	21
6.4 SURGIMENTO E FUNCIONAMENTO DE UEMOA	21
7. METODOLOGIA	23
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. APRESENTAÇÃO

Depois da Segunda Guerra Mundial em 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas em 24 de outubro de 1945, deu-se início de uma Guerra Fria entre duas frentes: Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cada um tentando se impor através das ideologias e lutando para hegemonia mundial, EUA impulsionando o seu sistema capitalista e URSS não ficou de fora, a expandir o seu sistema socialista. O processo das organizações internacionais começou a ganhar repercussão no mundo, como, por exemplo, o Acordo Geral de Tarifas e de Comércio (GATT) concluído em 1947. No continente Africano, onde a maioria dos países conseguiu as suas independências no início de década de 1960, e esses países avançaram na criação de Organização da Unidade Africana no dia 25 de maio de 1963 em Addis Abeba, em Etiópia por chefes de Estados. As organizações Internacionais são as formais visíveis dos esforços de cooperação internacional de forma articulada e permanente. Desde a origem de Estado Nacional como categoria política central que molda nas relações entre povos e unidades políticas, essas aproximações entre essas iniciativas estadistas e de formulações de pensadores voltadas para a estruturação de instituições que hoje são chamados de organizações internacionais tem ocorrido (SATO, 2003. FERNANDES; BOUKOUNGA; JÚNIOR, 2011).

Hoje em dia, com o mundo globalizado, nenhum país vive sozinho, de modo a facilitar e expandir o seu comércio, como descreve Thorstensen (1998)

No contexto da globalização, a identidade nacional dos produtos e das empresas que os fornecem fica cada vez mais difícil de ser identificada. Como consequência, as novas regras para o comércio internacional devem enfatizar o impacto de todas as políticas econômicas sobre o funcionamento dos mercados globais, sujeitas às exigências econômicas de melhor eficiência, e sujeitas às exigências políticas de tratamento justo por parte dos governos aos interesses de outros países. Tratamento não discriminatório para produtos e para empresas sejam nacionais ou estrangeiros, passou a ser um dos grandes temas do momento atual.

Com a Guiné-Bissau não foi diferente: com esse avanço de globalização, o país passou a integrar várias organizações internacionais, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas, a União Africana (UA), a Comunidade Económica Dos Estados de África Ocidental (CEDEAO), UEMOA, Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) e mais outras.

A Guiné-Bissau é um país pequeno no detrimento da sua extensão geográfica que é de 36.125 km² e cerca de um milhão de habitantes, a sua língua oficial português e

a língua mais falada é crioulo e com mais de 20 grupos étnicos, entre os quais, os mais majoritários são os Balantas e os Fulas. Apesar de ser país pequeno, mas foi o primeiro país da colónia portuguesa em África a proclamar unilateralmente a sua independência no dia 24 de setembro de 1973 em Boé. A independência só foi oficializada pelo Portugal no dia 10 de setembro de 1974 (TEIXEIRA, p.8).

O país está dividido em oito (8) regiões administrativamente para além de setor autónomo de Bissau, Gabú e Bafatá pertencem a província de Leste, Tombali, Quinará e Arquipélago dos Bijagós situam-se na província de Sul, Oio, Cacheu e Biombo situam-se na província de Norte. As regiões estão subdivididas em trinta e oito (38) Sectores administrativos, 103 secções e cerca de 4.500 tabancas (INE, 2009).

O presente trabalho traz, nesse contexto, algumas questões. Por que a Guiné-Bissau deixou a sua moeda única em detrimento da moeda de zona franca "Franco CFA"? Quais são os ganhos e as perdas económicas da adesão de Guiné-Bissau na União Económica e Monetária Do Oeste africano "UEMOA"? De que forma a integração a essa organização nos ajuda a entender as escolhas de Guiné-Bissau no cenário mais amplo das relações políticas?

O projeto está dividido em quatro partes: na primeira parte será analisado e contextualizado o regime político guineense no período de partido único e no período democrático. Na segunda parte, será descrito o sistema económico guineense. Na terceira parte, será analisada a evolução de moeda Fcfa. Na quarta e última parte, será explicado o surgimento e funcionamento de UEMOA.

2. JUSTIFICATIVA

A adesão da Guiné-Bissau na União Económica e Monetária do Oeste Africano é uma temática de extrema importância que vem sendo discutida, estudada e analisada por alguns acadêmicos e pesquisadores guineenses, e também é assunto que é muito polemico e cria inquietação no seio da sociedade civil guineense. A escolha dessa temática se deu por diversas razões: primeiramente por ser um assunto que mereceu muito a minha preocupação e ainda continua merecendo, por ser um cidadão guineense, nascido um ano antes (1996) da adesão da Guiné-Bissau na UEMOA que aconteceu em 1997. Quando eu era criança, eu via os restos de notas de Peso na minha casa e escutava os mais velhos sempre discutindo esse assunto, eles revoltavam com essa mudança de moeda Peso para FCFA. Alguns deles alegavam que essa mudança de moeda foi um dos fatores que levou o país a não ter um desenvolvimento econômico almejado.

O outro fator que me motivou a desencadear o presente estudo foi quando terminei o ensino médio (12º ano) no Centro Escolar Attadamun em 2014, a minha paixão pela temática cresceu bastante quando me ingressei no curso de Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Lusófona da Guiné (ULG), uma universidade privada. Comecei a deparar com estudo de organizações internacionais e integrações regionais e seus estágios, quando eu estudava o quarto ano (último ano de graduação) foi organizada uma palestra que tinha como tema : a organização da unidade Africana(OUA) e sua evolução até chegar a União Africana (UA) , que tinha como orador o atual presidente da república da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló , durante a palestra uma graduanda fez uma questão ao orador “Qual é vantagem da Guiné-Bissau como sendo membro da Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental(CEDEAO)? ” O orador lhe questionou se alguma vez foi ao Senegal e se lhe pediram visto, a menina disse que nunca viajou para país estrangeiro, eu no momento como sendo um estudante das Relações Internacionais, percebi que tinha um privilégio em relações aos outros estudantes das outras áreas, senti que era necessário que houvesse mais seminários sobre integração regional.

Quando terminei a minha primeira graduação, tinha a paixão de ter outra graduação no país estrangeiro e daí me inscrevi no **PSEI** da UNILAB, e ingressei-me no semestre 2021.1 no curso de Engenharia de Computação, e depois mudei para o Bacharelado em Humanidades (BHU), eu queria manter o foco da minha pesquisa nas

áreas de Relações Internacionais, especificamente nos assuntos ligados com organizações internacionais, falei com orientador no TCC 1 sobre as propostas das temáticas que eu queria pesquisar, durante a discussão saiu a sugestão de pesquisar o caso da moeda FCFA, aceitei a sugestão.

O presente projeto que visa assim analisar os impactos positivos e negativos de adesão da Guiné-Bissau na UEMOA, analisar o regime político na época de partido único e também no regime democrático face às organizações internacionais. Espera-se que o presente trabalho ajuda os acadêmicos, pesquisadores e as pessoas curiosas que têm vontade de saber os motivos que levaram a Guiné-Bissau a aderir a UEMOA, e também vai facilitar na compreensão como funcionam organizações de integrações regionais e conhecer o sistema econômico guineense. Acreditamos que o presente trabalho tem possível relevância acadêmica, social e econômica, pois será um esforço de entendimento do fenómeno da integração e de valia para futuras realizações de pesquisas ligadas a essa temática.

3. DELIMITAÇÃO DE OBJETO

O presente trabalho visa analisar os impactos positivos e negativos de adesão da Guiné-Bissau na União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) entre o período de 1997 a 2023.

A Guiné-Bissau depois da sua independência em 1973 passou a usar a sua moeda unitária em detrimento de moeda colonial, como consta no Código Civil da Guiné-Bissau no seu artigo 1º (2006, p. 607) “ A Unidade Monetária da República da Guiné-Bissau é o Peso, cuja sigla é PG, dividido em centavos representados pela abreviatura CTS”.

A unidade monetária guineense Peso era uma moeda muito fraca na sub-região, o custo de conversão da moeda nacional com restantes países era elevado e também o produto mais exportado do país era mais de 90 % de castanha de caju, o país dependia mais de importações, que fazia acréscimo na inflação muito significativo (Rodriguês, 2016, p.89).

A Guiné-Bissau teve desequilíbrios macroeconômicos marcantes durante anos, com a queda do valor de câmbio da sua moeda nacional, tendo um sistema financeiro

deficiente, com um mercado de menos procura e com a produção não é tanto diversificada, tendo a castanha de caju ocupando 90 % de exportação total do país, e também o investimento privado estrangeiro e a poupança eram fraco, devido à dificuldade de conversibilidade da sua moeda, o país sentiu a necessidade de integrar na União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), para poder usufruir da moeda da organização FCFA, e poder melhor integrar o mercado daquela região, a adesão a moeda foi no dia 02 de Maio de 1997 em Dakar (MENDES, 2013, apud SILVA, 2015, P. 54).

De acordo com o Código Civil da Guiné-Bissau no seu artigo 1º (2006, p.699) “ A partir de 2 de Maio de 1997, a União Monetária da República da Guiné-Bissau passa a ser o Franco da Comunidade Financeira Africana, cuja sigla é FCFA.” com isso, a Guiné-Bissau passou a usar a moeda de zona franca , Fcfa, integrando a UEMOA. Um dos fatores que levou o país a aderir a UEMOA, como argumenta o Código Civil (2006, p. 699):

Com a mundialização da economia e a rápida evolução que conheceram recentemente os mercados cada vez mais competitivos, tornou-se evidente para os Governos a necessidade urgente de se reorganizarem em termos regionais, buscando complementaridades e economias de escala que valorizassem as vantagens competitivas e minimizassem as fraquezas de cada um, favorecendo deste modo um melhor desempenho dos países membros.

Com a entrada da Guiné-Bissau na UEMOA, houve crescimento económico, como descreve FMI (2013) apud Rodriguês (2016):

Os dados do FMI (2013) apontam que, durante 1990 a 1997, a média da taxa inflacionária medida pelo Índice de Preços dos Consumidores da Cidade de Bissau era de 46% ao ano, após a sua adesão, nomeadamente entre 1998 a 2007, esta média foi ajustada para 2,5%, enquanto que, no primeiro momento, a média do crescimento económico era de 4,2% ao ano e entre 1998 a 2007, esta média subiu para 5%. Salientamos que crescimentos económicos guineenses são influenciados pelos fatores externos, nomeadamente o preço internacional da castanha de caju que constitui a principal base das exportações do país.

Com essa integração regional, permitiu que a Guiné-Bissau pudesse ter mais investidores e concorrência entre as empresas da sua região, porque antes era visível a presença das empresas portuguesas como, Somec, Soares Da Costa e mais outras, essas empresas que dominavam o mercado nacional. Agora se analisarmos o cenário de hoje

com essa integração regional, vemos mais empresas da sub-região a ganharem concursos para a realização de uma atividade do governo em relação às empresas portuguesas, quase todas estas perderam reputação no mercado nacional.

Por que a Guiné-Bissau deixou a sua moeda única em detrimento da moeda de zona franca "Franco CFA"? Quais são os ganhos e as perdas económicas da adesão de Guiné-Bissau na União Económica e Monetária do Oeste Africano "UEMOA"? Será que a Guiné-Bissau estava preparada para esta integração económica em que pertenciam os países francófonos, ele como sendo um único país lusófono?

4. HIPÓTESE

- Mais do que reduzir custos de transação de sua antiga moeda local que era peso para FCFA e por haver desequilíbrios macroeconômicos, a aproximação de países da sub-região, no que diz respeito à facilitação de comércio, interessava profundamente ao Estado guineense como novo intento de controle econômico, mas também político.

5. OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a adesão na União Económica e Monetária Oeste Africana “UEMOA” os impactos para o país, com foco na dimensão legislativa.

5.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Compreender o sistema político guineense no regime de partido único e regime democrático no contexto da adesão a organizações internacionais.
- Conhecer o sistema económico guineense e sua relação legal
- Descrever o processo histórico de UEMOA para o continente africano.
- Analisar a evolução da moeda Franco CFA como conteúdo de fundo.

6. PROBLEMATIZAÇÃO

6.1 REGIME POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau depois da independência no dia 24 de setembro de 1973 passou a ser governado por partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), Luis Cabral irmão de Amílcar Cabral ocupou o cargo de chefe de Estado. Durante a época de Luis Cabral, o país se viveu o sistema socialista inspirado na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), devido o apoio que recebeu desses países socialistas durante a luta de libertação, como caso também de Cuba que foi muito determinante na conquista da libertação da Guiné-Bissau. Durante o regime de Luis Cabral, houve muitas perseguições e assassinatos de vários guineenses, alegados de traidores de regime, isso que culminou mais tarde no primeiro golpe de Estado, no dia 14 de novembro de 1980, esse golpe de Estado liderado por Movimento Reajustador, encabeçado por João Bernardo Vieira. Esse golpe que alega como nova libertação de país, dessa vez na mão de Cabo-Verdianos.

Depois dessa ruptura entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, fruto de golpe de Estado, os militares e ex-combatentes guineenses viam os Cabo-verdianos como os novos neocolonialistas no país, pois vários cargos importantes na governação de Luis Cabral foram ocupados por Cabo-verdianos, além de haver muitas perseguições e assassinatos de alguns militares e régulos guineenses, esses foram alguns fatores de origem de primeiro Golpe de Estado.

Já com os guineenses ocupando os lugares-chaves na política, depois de golpe de Estado liderado por movimento reajustador, o povo começou a sentir-se mais pesado, desta vez exploração do irmão com irmão da mesma pátria, sem passar muitos anos de mandato de regime de partido único e autoritário encabeçado por João Bernardo Vieira, começaram haver algumas acusações de tentativas de golpes de Estado por alguns dirigentes políticos como, por exemplo, Paulo Correia, Viriato Pã e mais outros dirigentes políticos e militares, que culminou no famoso caso de 17 de outubro, onde vários foram assassinados, torturados, detidos e perseguidos, a maioria dos oficiais pertencia à etnia Balanta. Vários dos detidos, mortos e perseguidos foram ex-colegas de luta da libertação colonial de Presidente João Bernardo Vieira. Vários analistas e autores de que discutem sobre o assunto, acusam o Presidente Nino de perseguições a

etnia Balanta, a maioria dos oficiais militares pertencia a etnia Balanta, o presidente sentiu-se ameaçado.

Depois da decadência de antiga URSS, vários países que eram aliados do bloco soviético começaram a sofrer pressão de países capitalistas para mudança de regime político para abrir a porta para o multipartidarismo, era a condição que esses países punham para dar apoio esses países, para que pudessem usufruir de apoio, por exemplo, de Banco Mundial, FMI e outros organismo internacionais.

Em 1991, abriram-se as portas para o multipartidarismo com a queda de artigo 4^o da constituição que suportava o PAIGC como único partido político, houve a emergência na oficialização dos partidos políticos (AUGEL; CARDOSO, 1996, KOUDAWO, 2001).

Apesar de oficialização de vários partidos políticos começou em 1991, as primeiras eleições gerais no país aconteceram só em 1994, as eleições legislativas e presidências. Os partidos políticos não teriam a tarefa fácil para conseguirem o poder que estava na mão de PAIGC, pois devido a sua experiência de vinte anos após independência (KOUDAWO, 2001).

Segundo Mendy (1996, p.62) o partido PAIGC saiu vitorioso nas eleições legislativas e como também presidenciais, nas eleições legislativas onde conseguiu obter 37,92%, 62 deputados e o segundo partido mais votado foi o partido RGB-MB obteve 16,17%, 19 deputados. O candidato de PAIGC, o presidente João Bernardo Vieira foi o mais votado nas eleições presidências e o segundo foi o candidato de Partido de Renovação Social (PRS), Koumba Yalá. Na segunda volta o candidato de PAIGC saiu vitorioso com 52 % e Koumba Yalá com 48 % (MENDY, P.62).

Com o início da democracia no país em 1994, com PAIGC o partido libertador continuou no poder, como na presidência e também no governo, o povo se enganou que haveria uma mudança na esfera política ou o término de autoritarismo, mas nada mudou a consciência dos líderes militares e políticos.

Em 1997 a Guiné-Bissau aderiu a União Econômica e Monetária do Oeste africano (UEMOA), com o propósito de abrir mercado e mudança de moeda Peso para a moeda de zona franca Fcfa. No dia 07 de junho de 1998 o país se abalou numa guerra civil que durou 11 meses, com término em maio de 1999. A origem de conflito político-militar se deu por certas acusações de governo ao chefe das forças armadas por tráfico de armas para os rebeldes de casamansa, além de outros fatores de más condições de ex-combatentes da pátria enfrentavam na época. Havia duas frentes na guerra político-

militar: junta militar (liderado por Brigadeiro Ansumane Mané) e governamental (liderado por presidente da República, João Bernardo Vieira) foi uma guerra violenta e sangrenta, muitas mortes em ambos os lados. A parte governamental teve apoio de tropas de Senegal e Guiné Conakri devido ao acordo secreto que o governo guineense tinha com esses Estados, e a Junta Militar conseguiu apoio de vários ex-combatentes e jovens por causa da vinda das tropas estrangeiras a pedido de presidente da República .

Com o termino da guerra civil, com a vitória de Junta Militar, o presidente João Bernardo Vieira foi deposto de poder e exilado para Portugal. Essa guerra civil que impossibilitou a consolidação da democracia no país. Isso nos leva a questionar será que os líderes políticos e militares estavam prontos para a implementação da democracia na Guiné-Bissau? O presidente de Partido Unido Social Democrata (PUSD) Francisco Fadul foi convidado para dirigir o governo de transição com consentimento de Brigadeiro General Ansumane Mané. O governo de transição assumiu de organizar as eleições gerais no país.

Nas eleições gerais realizadas em 1999, o povo decidiu dar oportunidade ao partido político, Partido da Renovação Social (PRS), juntamente com o seu candidato Koumba Yalá, devido vários fatores de instabilidade política durante o mandato de PAIGC, no regime autoritário e como no regime democrático, como casos das perseguições, assassinatos, detenções e por último a guerra político-militar. O PRS formou o seu governo e seu presidente Koumba Yalá na presidência da república em 2000.

Sem passar um ano de mandato, começou haver intrigas entre a classe castrense e a presidência da república, essa intriga e desentendimento causados por promoção e atribuições de patentes de alguns oficiais militares por presidente da república na ausência e sem consentimento de Chefe de Estado Maior e General das Forças Armadas (CEMGFA), brigadeiro Ansumane Mané, esse ato foi visto como politização no seio das elites das forças armadas, o brigadeiro por sua vez insatisfeito com ato de presidente, decidiu remover os patentes de oficiais e colocar na bacia, esse ato foi visto por esses oficiais militares que foram seus ex-colegas de luta de libertação como ato de desrespeito e causou revolta, até ponto de assassinarem o brigadeiro Ansumane Mané. O Veríssimo Seabra assumiu o cargo de CEMGFA .

Durante o mandato de presidente Koumba Yalá de PRS, aconteceram várias nomeações e exoneração dos primeiros ministros: Caetano Intchamá, Fautino Imbali, Alamara Nhassé e por último Mário Pires, entre o período de 2000 a 2003. O PRS não

conseguiu corresponder com as expectativas do povo guineense, devido alguns fatores, como, por exemplo, corrupção no aparelho estatal, greves constantes no setor educativo, crise política, nepotismo e tribalismo no poder, esses fatores influenciaram no golpe de Estado de 14 de setembro de 2003.

O Henrique Rosa foi indicado por Sociedade Civil e com apoio de Igreja Católica para ser presidente interino com consentimento de chefias militares. Segundo Sousa (p.09) quando as sociedades civis não conseguem ter controle nas forças armadas e nem conseguem para a interferência dos militares nos assuntos do governo, há probabilidade que o funcionamento da democracia sofra a ameaça de conflitos políticos e golpes de Estado. Desde o regime autoritário, os sucessivos governos não conseguiram êxito no que diz respeito a resolução dos conflitos no seio do partido e na elite das forças armadas, os mesmos fatores que causaram contradições no regime de partido único continuam a impedir o avanço de processo democrático no país.

Com o Henrique Rosa ocupando o cargo de presidente interino, organizou-se a eleição legislativa, foi a terceira legislatura, o partido PAIGC voltou ao poder, o Carlos Gomes Júnior (CADOGO), passou a ser primeiro ministro. A eleição presidencial que só aconteceu em 2005, onde os candidatos Malam Bacai Sanhá e João Bernardo Vieira foram mais votados, e disputaram a segunda volta, o povo decidiu dar mais uma chance ao João Bernardo Vieira.

Com a volta de João Bernardo Vieira na presidência da república, o governo liderado por PAIGC, começou haver crise política que resultou nas demissões e nomeações de sucessivos governos até na eleição legislativa seguinte realizada em 2008, o partido PAIGC saiu vitorioso mais uma vez, Carlos Gomes Júnior voltou ao cargo de primeiro ministro. No outubro do mesmo ano, houve ataque à residência de presidente da república no bairro chão de papel, mas ele não estava, encontrava-se no estrangeiro e voltou mesmo sabendo de ataque a sua residência.

No dia 1 e 2 de março de 2009, os guineenses foram acordados com má notícia assassinatos de CEMGFA, Tagme Na Waie e presidente da república, João Bernardo Vieira (Nino). Tagme Na Waie foi assassinado na noite de dia 1 no Quartel General (QG) e Presidente foi assassinado na sua residência na madrugada de dia 2 segundo as informações veiculadas nas estações emissoras de país. O Zamora Induta assumiu o cargo de CEMGFA e com Carlos Gomes Júnior manteve como primeiro- ministro conseguiram controlar a situação. No mesmo ano houve a realização de quarta eleição presidencial no país, o candidato de PAIGC Malam Bacai Sanha saiu como vencedor. O

povo guineense voltou a ter o governo e presidência da república pertencendo ao PAIGC. Em 2010, o país viveu mais uma vez a instabilidade política, desta vez, o conflito entre a classe castrense e o governo, que resultou na detenção de primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior por parte de militares e golpe militar no cargo CEMGFA, Zamora Induta foi demitido de seu cargo, António Indjai passou a ocupar a função de CEMGFA.

No dia 9 de janeiro de 2009 o povo acordou com a notícia triste de falecimento de presidente da república, Malam Baca Sanhá em paris, capital da França, vítima de doença prolongada. Com a morte de Malam Bacai Sanhá, foi nomeado Raimundo Pereira para ser presidente interino. No mesmo ano foi realizada a quinta eleição presidencial no país, os dois candidatos mais votados foram Carlos Gomes Júnior, suportado por PAIGC, e Koumba Yalá, suportado por PRS. Na véspera de início de campanha eleitoral de segunda volta, no dia 12 de abril de 2012, mais uma vez os guineenses sentiram a dor de fenómeno golpe de Estado, houve detenções de presidente interino, Raimundo Pereira e primeiro ministro, Carlos Gomes Júnior que era candidato mais votado na primeira volta. O golpe de Estado dirigido por comando militar, chefiado por CEMGFA, António Indjai, tendo como porta-voz tenente coronel Daba na Walna, segundo comando militar havia um acordo secreto entre governo de guineense com a missão angolana (MISSANG) sobre armas pesadas. Mas dava para notar que havia envolvimento diretamente e indiretamente no golpe de Estado, por ter afirmado com uma convicção que não haveria nem segunda volta, no mesmo dia que aconteceu o golpe, algumas horas antes. O Manuel Serifo Nhamadjo que era presidente de Assembleia Nacional Popular (ANP), e também um dos candidatos derrotados na mesma eleição, passou a dirigir a função de presidente de transição que duraram dois anos até eleição seguinte que ocorreu em 2014.

O governo de transição organizou as eleições gerais, onde o partido PAIGC saiu vitorioso nas legislativas e como também nas presidências. No mesmo ano o PAIGC formou o governo e incluíram alguns políticos de outros partidos políticos, o Simões Pereira foi indicado para dirigir o governo, sendo o primeiro ministro, e o candidato de PAIGC nas presidenciais que foi José Mário Vaz, foi empossado como presidente da república. Mais uma vez povo decidiu confiar o poder na mão de PAIGC, no ano seguinte, começou haver mais uma crise política entre a presidência e o governo mesmo pertencendo o mesmo partido político que resultou na demissão de governo liderado engenheiro Domingos Simões Pereira. O mandato de José Mário Vaz foi marcado de

sucessivas crises políticas, demissões e nomeações de vários governos, bloqueio de Assembleia Nacional Popular por Cipriano Cassama que é também pertence ao PAIGC, mas até momento José Mário Vaz foi único presidente da república que conseguiu cumprir os seus cinco anos de mandato desde a abertura de democracia em 1994. O mandato que terminou em 2019, mas saiu em 2020.

Em 2019, houve realização de eleições gerais no país, o PAIGC saiu vitorioso nas eleições legislativas, e o candidato Umaro Sissoco Embaló suportado por Movimento para Alternância Democrática (MADEM G-15), partido fundado por 15 dissidentes de PAIGC, saiu vitorioso nas eleições presidenciais, apesar de haver muitas contestações por parte de analistas e membros de PAIGC. Mesmo havendo várias contestações e muitos inconformados, Umaro Sissoco Embaló foi empossado em fevereiro de 2020, foi entregue a cadeira presidencial por José Mário Vaz, presidente cessante.

Durante o mandato de Umaro Sissoco Embaló começou haver crise política entre a presidência e o governo de PAIGC que resultou na demissão de governo liderado por Aristides Gomes Pereira, um mês depois de seu início de mandato como presidente da República. O governo formado por partidos políticos que tinham suportado o presidente da república durante a eleição presidencial foi empossado no mês de março, liderado por engenheiro Nuno Gomes Nabiam, por presidente da república. Apesar de país ter adotado a democracia, mas o novo governo e presidência da república atuavam como no regime autoritário de partido único, implantaram um regime que dava medo, houve perseguições, detenções e espancamentos de alguns políticos, ativistas e militares. O regime ficou marcado com famoso caso de 1 de fevereiro de 2022 , durante o conselho de ministros , dirigido por presidente da república ,houve tentativa de golpe de Estado, tiroteios que causaram algumas vítimas de ferimento e mortes, depois houve detenções de alguns chefias militares que foram acusados de envolvimento no suposto tentativa de golpe de Estado.

6.2 SISTEMA ECONÔMICO GUINEENSE

Depois de termino da guerra pela independência que foi oficializada em 1974, o país encontrava-se com grau extremamente baixo de desenvolvimento nos indicadores utilizados, como casos das estruturas físicas, os recursos humanos e financeiros não permitiram que o país tivesse um processo autônomo de acumulação de montar uma

estratégia de desenvolvimento acelerado teve que recorrer como de sempre as ajudas externas. O III Congresso do PAIGC realizado em 1977 definiu orientações de política econômica que o país adotou, como o modelo de desenvolvimento a seguir, que tem como lema "fim da exploração do homem pelo homem", que visava reconstrução nacional e com seguintes prioridades : agricultura, infraestruturas , pequena indústria, educação e saúde (SANGREMAN, 2016).

Com base nisso, todas as políticas públicas foram centralizadas em Bissau, as áreas de prioridades são as industrializações, as infraestruturas de transporte e comunicação e a administração pública, foi realizado através de programa de investimento público e com secundarização em agricultura. Todas as empresas comerciais e as indústrias são estatais que fizeram com que o Estado e o partido único PAIGC (Partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) assumissem ao tipo de governação com função de dinamizador e agente executor exclusivo e com suporte no financiamento externo, mas com o golpe de Estado feito em Novembro de 1980 que acabou a união com Cabo Verde alterou essa política (SANGREMAN, 2016).

A economia da Guiné-Bissau baseia-se na agricultura com fraco setor industrial com 8,1 % das infraestruturas habitacionais e rodoviárias precárias. O país possui forte potencial turística e comercial no setor artístico e também a agricultura de subsistência e pesca artesanal. A renda do país vinda dos impostos da pesca, tributação aduaneira, contribuição fiscal exportação de castanha de caju e madeira que algumas vezes não conseguem cobrir o orçamento geral de Estado. O país apresenta uma variedade de riqueza local no que diz respeito a gastronomia, os cereais, principalmente arroz e milho constituem a base da refeição diária dos guineenses, e também legumes, tubérculos, e frutas tropicais são alimentos complementares da dieta guineense que compõem a dieta. O vinho de caju e palma são produtos de consumo de massa, principalmente das comunidades animistas e cristãs (INE, 2009)

O país sofre muito com as interferências militares e sucessivas crises políticas, esses fatores influenciam muito no rumo a desenvolvimento econômico, como analisa OCDE (2011).

A instabilidade política, as sucessivas interferências dos militares nos assuntos políticos e de governação, a rotatividade dos governos e das chefias administrativas nos últimos anos, aliadas ao clientelismo, corrupção e impunidade são obstáculos à consolidação das instituições e às iniciativas de apoio ao reforço do Estado, à boa gestão pública e ao relacionamento

com os doadores, como afectam também a credibilidade do Estado junto das populações. Para além disso, sem um investimento sério no sector produtivo e nas infraestruturas do país (particularmente de transporte, electricidade, água e saneamento), não será possível obter resultados consolidados em termos de desenvolvimento económico, o que por sua vez afecta igualmente a realização e impacto de reformas do aparelho estatal em curso (administração pública, segurança, justiça, governação económica).

De acordo com a guia de negócios, a agricultura representa 56 % da economia da Guiné-Bissau, a Indústria é responsável por 13 % e os serviços contribuem aproximadamente 31 % de seu PIB. A agricultura é principal indutor de mão de obra de 80 % de população guineense e a sua principal cultivo é castanha de caju e também conta com outros produtos como, algodão, milho, arroz batata e café. E a sua renda per capita é de aproximadamente US\$ 500.

Quando decorre a campanha de castanha de caju, o produto principal da economia guineense, vários alunos abandonam as salas de aulas, e vão para interior para ir colher castanha de caju para vender e ajudar na sua sobrevivência, já que o Estado não consegue suprimir com as necessidades de mais populações.

Segundo relatório de Fundo Monetario Internacional "FMI" (2023) :

O crescimento da Guiné-Bissau abrandou para 4,2% em 2022 e deverá recuperar ligeiramente para 4,5% em 2023. O crescimento tem sofrido os efeitos negativos da queda das exportações de caju e dos choques externos adversos que estão a pesar no ambiente socioeconómico da Guiné-Bissau. Os preços dos alimentos e do petróleo mais elevados aumentam as pressões sobre a inflação anual, que deverá permanecer elevada em 7,0%. A execução orçamental está a sofrer pressões. O défice orçamental global manteve-se em 5,9% do PIB em 2022. Com base nos dados preliminares, a dívida pública subiu para 80,3% do PIB em 2022, devido a um défice orçamental global superior ao previsto, a novas garantias do governo concedidas principalmente à empresa de serviços públicos e ao reconhecimento de atrasados cruzados aos fornecedores com crédito não produtivo no banco subcapitalizado. A mobilização das receitas e a contenção das despesas continuam a ser cruciais para prevenir riscos para a sustentabilidade da dívida e o acesso ao financiamento externo. Nas conversações com a equipa da missão, o novo governo resultante da coligação vencedora das eleições legislativas de 4 de junho de 2023 expressou o seu compromisso com a adoção da agenda de reformas do programa.

O país possui variedades de produtos locais, mas o Estado guineense não consegue criar abertura de mercado internacional por esses produtos, a castanha de caju continua ser o produto mais exportado, isso faz que a população camponesa não dê muito valor na plantação de outros produtos, como, por exemplo, amendoim, batata doce, inhame e mais outros.

6.3 BREVE HISTORIAL DE FRANCO CFA

O surgimento de Franco CFA deu nos tempos do colonialismo francês em África, como aponta Fernandes (2012) depois de consolidar domínio nas suas colônias, a França decide criar a moeda denominada Franco CFA, no dia 26 de dezembro de 1945, com propósito de circular na AOF e na África Oriental Francesa AEF, se deu no momento que se ratificava os acordos de Bretton Woods. A AOF e como também AEF recebem o nome da zona Franco. Segundo a Comissão das Nações Unidas para África "UNECA" (2006) afirma que é o exemplo mais antigo de cooperação financeira entre os grupos menos desenvolvidos.

A França criou numa época que esses países das suas colônias não eram independentes, mesmo agora com esses países ex-colônias francesas são independentes, a França continua exercer a sua influencia neles. Os sete países da colônia francesa (Benin, Burkina Faso, Costa de Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo) e Guiné –Bissau um país lusófono membros da UEMOA usam a Franco CFA (XOF) como a sua moeda, a Guiné-Bissau que abandonou a sua moeda única denominada de PESO, quando aderiu a organização em 1997. FCFA também é moeda oficial de países de colônia francesa de África Central, como caso de República de Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro Africana e República de congo, mas com a sigla de Xaf. Esses países pertencem a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC).

6.4 SURGIMENTO E FUNCIONAMENTO DE UEMOA

Os primeiros rastros de surgimento de UEMOA podem ser achados no final da década de 1890, quando os sete dos oito países atuais membros da união com exceção da Guiné-Bissau, faziam parte da África Ocidental Francesa (AOF), e depois Comunidade Franco Africana (CFA), esses dois blocos foram os meios e a estratégia que o governo colonial francês em estabelecer uma política monetária e comercial para ter controle nas colônias. (Fernandes, 2012, p.3).

A UEMOA é uma organização que tem sua origem na antiga UMOA. Segundo BCEAO, 2012 apud C6, 2016.

Após a independência de alguns países africanos colonizados pela França, muitos decidiram criar suas próprias moedas, mas outros reafirmaram o projeto francês de unidade monetária. Assim, nasceu a União Monetária Oeste Africano (UMOA) – anterior à UEMOA - que incorporou a moeda franca CFA com outro significado: franco da comunidade financeira africana. A UMOA foi institucionalizada em 12 de maio de 1962 e, no mesmo ato, foi criado o instituto para emissão conjunta da moeda, que é o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO), através do tratado assinado pelos seguintes países: Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina Faso), Mali, Mauritânia, Níger e Senegal. Posteriormente, a Mauritânia se retirou da união e Togo aderiu em 28 de novembro de 1973.

A União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) é uma organização sub-regional que foi criada no dia 10 de janeiro de 1994 em Dacar, capital de Senegal, é composta por oito Estados membros, são; Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. Os sete países são francófonos e um país lusófono (Guiné-Bissau) partilham uma moeda comum, o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), a emissão da moeda é confiada ao Banco Central dos Estados da África Ocidental. A sua extensão geográfica é de 3.512.233 km² e tem 141,7 milhões de habitantes, a taxa de crescimento de seu PIB é 5,9% em 2022. (UEMOA, Site oficial).

A UEMOA é composta por seguintes órgãos, são: a Conferência dos chefes de Estados e do Governo, Conselho de Ministros, Comissão da UEMOA, o Órgão Parlamentar e os Órgãos de controle jurisdicional. A UEMOA dispõe de um órgão consultivo, e por fim tem duas instituições especializadas e autônomas, são: o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) e o Banco Oeste Africano de desenvolvimento (BOAD) como descreve C6 (2016)).

Para Fernandes (2012) “A UEMOA foi fundada nos ideais pan-africanistas e na visão não necessariamente otimista, mas sim esperançosa, não ao estilo europeu, mas, sobre as duras realidades que vivem uma grande parte de sua população. Dito de outra forma, a UEMOA é uma união econômica e monetária oeste africana”.

7. METODOLOGIA

Como dito antes, o presente trabalho que tem como objetivo principal analisar a adesão na União Económica e Monetária do Oeste Africano “UEMOA” e os impactos para o país, com foco na dimensão legislativa, como forma de entender as escolhas e agendas políticas guineenses. Para melhor compreender o objeto de estudo de presente trabalho será usado o método da pesquisa qualitativa. Esse método é mais apropriado no estudo das Ciências Sociais e de temas sócio-históricos complexos, de carácter conceitual e político. Segundo John W Creswell (2007) “A investigação qualitativa emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados”. E ainda sobre pesquisa qualitativa, Para Goldenberg (2004, p. 16 e 17)

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa em pesquisa se opõem ao pressuposto que defende de um modelo único de pesquisa para todas as ciências, baseado no modelo de estudo das ciências da natureza. Estes pesquisadores se recusam a legitimar seus conhecimentos por processos quantificáveis que venham a se transformar em leis e explicações gerais. Afirmam que as ciências sociais têm sua especificidade, que pressupõe uma metodologia própria.

A nossa pesquisa baseará na análise bibliográfica e documental. Primeiramente faremos o uso da pesquisa bibliográfica para melhor compreender o tema, que se baseará na leitura exploratória e fichamento de textos, como, por exemplo, artigos, livros, projetos de pesquisa, monografias, dissertações e teses que debruçam sobre a integração econômica da Guiné-Bissau na União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA). Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica baseia-se em matérias já elaborados, construídos principalmente dos livros e artigos científicos. Ele ainda argumenta que a pesquisa bibliográfica tem grande vantagem, pois reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Faremos levantamentos bibliográficos do nosso objeto da pesquisa nos repositórios das Universidades Federais Brasileiras, pois vários autores que falam acerca de tema que nós temos acesso, são estudantes guineenses que residem aqui no Brasil. E faremos também consulta de textos de autores que falam de integração regional no outro contexto que não seja adesão da Guiné-

Bissau na UEMOA, como, por exemplo, a integração geral em África, organizações internacionais etc.

Como segundo passo, faremos a análise documental, para a coleta de dados propriamente dita acerca de tema a ser pesquisado. Consultaremos os tratados da UEMOA, da Constituição da República, código civil e legislação. Faremos o uso de relatórios de organismos internacionais, como, por exemplo, FMI, Banco Mundial, FAO, PNUD. ONGs, BCEAO e relatório de Ministério de Finanças, como sendo ministério responsável pela economia de país. Conforme aponta Gil (2002).

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes/Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico.

Na concepção de Junior et al (2021, p.49) a análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa possibilita ao leitor ter compreensão de documentos que estão registrados num conjunto de fenômenos humanos, que é objetivo de Ciências Sociais. No caso do presente estudo, nos interessa observar de que modos a integração de Guiné-Bissau à UEMOA afetou dinâmicas legais, leis, políticas internas e discursos de líderes.

A última etapa é a análise qualitativa e comparativa dos documentos, fontes e narrativas históricas, buscando desenhar quais as pontuações de atores institucionais sobre a adesão em estudo. Como estudo interdisciplinar, dialogando com história, direito, sociologia e filosofia política, o projeto proposto busca ampliar a experiência no estudo do fenômeno da adesão e do comportamento do Estado nesse tipo de acontecimento.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos. **Transição democrática na Guiné-Bissau**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). 1996

CÓ, David. **PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA UEMOA E PROMOÇÃO DO COMÉRCIO INTRARREGIONAL**. Porto alegre, 2016

CORDEIRO, Roberto Sousa (2010). **Dança de Cadeira: Golpes de Estado entre autoritarismo e a Democracia**. Disponível em www.didinho.org. (Estudos e Pesquisas). Acesso 20/10/2024.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa, Métodos, Qualitativo, Quantitativo e Misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

FERNANDES, Lito Nunes. **UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA A LÁ AFRICANA: O CASO DA UEMOA**. Revista Videre - 40 Dourados, v. 04, n. 07, p. 39-59, jan./jun.2012.

FERNANDES, Lito Nunes; BOUKOUNGA, Jean Christian; JUNIOR, José Fernandes. **INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL: UMA VISÃO CRÍTICA**. Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 2, nº. 8 | Out.Nov 2011.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Guiné-Bissau, Relatório do FMI n.o 23/328**. Setembro, 2023

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo : Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa em ciências sociais**. 8^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2004

GUINÉ-BISSAU. **Código Civil e Legislação Complementar**. Lisboa, 2006

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE), Guiné-Bissau. **Recenseamento geral da população e habitação**. Bissau: INE, 2009.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos ; SCHNEKENBERG , Guilherme Fernando. **ANÁLISE DOCUMENTAL COMO PERCURSO METODOLÓGICO NA PESQUISA QUALITATIVA**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde Guiné-Bissau: Da democracia revolucionária à democracia liberal**. INEP. 2001

KOUDAWO, Fafali; MENDY, Peter Karibe (coord). **Pluralismo Político na Guiné-Bissau: Transição em curso**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996.

OCDE (2011), Relatório 2011 sobre a intervenção internacional em Estados frágeis: República da Guiné-Bissau, OECD Publishing.

RODRIGUES, Julio. A inserção da Guiné-Bissau na União Econômica e Monetária Oeste Africana (UEMOA): limites e oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico do país (1997-2013) Porto Alegre, 2016.

SANGREMAN, Carlos. **A política económica e social na Guiné-Bissau, 1974-2016**. Lisboa, 2016

SATO, Eiiti. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. Rev. Bras. Polít. Int. 46 (2): 161-176 [2003]

SILVA, Jersey Inácio Da. A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA GUINÉ-BISSAU NA UEMOA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE ECONOMIA MONOGRAFIA DE BACHARELADO. Rio de Janeiro, 2015.

THORSTENSEN, Vera. A OMC – Organização Mundial do Comércio e as negociações sobre investimentos e concorrência. Rev. Bras. Polít. Int. 41 (1): 57-89 [1998]

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Golpe de Estado na Guiné-Bissau, 1998-2003**.

Site

<https://www.uemoa.int/pt>